



ARTÍCULO | ARTIGO

Fermentario V. 17, N° 1 (2023)

ISSN 1688 6151

Instituto de Educación, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República. www.fhuce.edu.uy
Faculdade de Educação, UNICAMP. www.fe.unicamp.br

Inoperações temporais, futuros possíveis e educação

Inoperaciones temporales, futuros posibles y educación

Temporary inoperations, possible futures and education

Luiz Carlos Quirino da Silva¹

DOI: <https://doi.org/10.47965/fermen.17.1.7>

Recibido: 4 de julio de 2022

Aceptado: 17 de noviembre de 2022

Resumo

Este texto tenta pensar a educação, no contexto da infoaceleração contemporânea, bem como o tipo de subjetividade e o cansaço generalizado de la decorrentes – algo denominado por Berardi (2019b) como *Zeitgeist* depressivo –, que nos lançam em um esgotamento que expropria inclusive as possibilidades de se pensar um futuro que não seja marcado pela catástrofe, apesar da promessa contrária. Proporemos, como tentativa de compor certa experiência de outras velocidades em aula, a partir da leitura que Lazzarato (2014) faz de Guattari, exercícios que agreguem as três principais dimensões que engendram a subjetividade, num contexto capitalístico: semiologias significantes, semióticas a-significantes e as energias existenciais e afetivas. Visamos, com isso, a uma comunidade unida pela multiplicidade de experiências temporais, o que chamaremos de tempo inoperado.

¹Universidad Federal de Rio Grande do Sul (Brasil).

Palavras-chave: educação, subjetividade, infoaceleração, exercícios, tempo inoperado.

Resumen

Este texto intenta pensar la educación, en el contexto de la infoaceleración contemporánea, así como el tipo de subjetividad y el cansancio generalizado que surge de ella –algo denominado por Berardi (2019b) como *Zeitgeist* depresivo– que nos arroja a un agotamiento que expropia incluso las posibilidades de pensar un futuro que no esté marcado por la catástrofe, a pesar de la promesa contraria. Propondremos, como intento de componer una cierta experiencia de otras velocidades en clase, a partir de la lectura de Lazzarato (2014) de Guattari, ejercicios que agreguen las tres principales dimensiones que engendran subjetividad en un contexto capitalista: semologías significantes, semióticas a-significantes y energías existenciales y afectivas. De este modo, aspiramos a una comunidad unida por la multiplicidad de experiencias temporales, que llamaremos tiempo inoperante.

Palabras clave: educación, subjetividad, infoaceleración, ejercicios, tiempo inoperante.

Abstract

This text tries to think about education, in the context of contemporary infoacceleration, as well as the type of subjectivity and the generalized fatigue arising from it – something called by Berardi (2019b) as depressive *Zeitgeist* – that throw us into a depletion that expropriates even the possibilities of thinking a future that is not marked by catastrophe, despite the promise to the contrary. We will propose, as an attempt to compose a certain experience of other speeds in class, based on Lazzarato's (2014) reading of Guattari, exercises that aggregate the three main dimensions that engender subjectivity in a capitalistic context: signifying semologies, a-signifying semiotics, and existential and affective energies. With this, we aim at a community united by the multiplicity of temporal experiences, what we will call inoperative time.

Keywords: education, subjectivity, infoacceleration, exercises, inoperative time.

Introdução ao esgotamento

As duas primeiras décadas do século XXI parecem ter sido marcadas, sobretudo, por certa

percepção de um esgotamento generalizado. Todos, em maior ou menor grau, sentem os efeitos da sobrecarga informacional e da aceleração do tempo. É bem provável que a lição de Marx – de que os meios de produção têm um peso determinante na configuração social, na produção de mercadorias que se confunde com a da própria vida – esteja mais viva e seja mais atual do que nunca. Se no modelo fordista, do início do século XX, a organização da produção industrial e conseqüentemente da vida era algo muito mais passível de cálculo, no pós-fordismo tudo se tornou um tanto imprevisível (Marazzi, 2009). Por esse motivo, a informação e a linguagem adquiriram posição de destaque na nova configuração produtiva e, junto com elas, as tecnologias informáticas. Uma vez que, na contemporaneidade, poderíamos dizer que “(...) o tipo de força de trabalho ‘ideal’ é aquele que detém alto grau de adaptabilidade às mudanças de ritmo e de função, uma força de trabalho polioperativa, que sabe ‘ler’ o fluxo de informações, que sabe trabalhar comunicando” (Marazzi, 2009, p. 18-19). Processo que vem se radicalizando e ampliando gradualmente.

Os poderes heterogêneos que comandam a produção de mercadorias e de modos de vida – o que poderíamos chamar de uma produção ampliada – irradiam-se e conectam-se globalmente, normalizando formas de trabalho marcadas pela precarização (Berardi, 2020). Um dos efeitos mais visíveis materializa-se numa espécie de fluxo que nos conforma e arrasta sem que tenhamos muito controle ou mesmo consciência dele. Não sabemos nomear com precisão o que está acontecendo no mundo regido pelas tecnologias informacionais. Apesar disso, seguimos nos adaptando e levando nossas vidas. Com isso reforçamos as forças que nos conformam, mesmo que, no fundo, desejemos transformá-las: “(...) nas condições de infoaceleração e hipercomplexidade, à medida que a vontade consciente e racional se torna incapaz de conferir e de ajustar as tendências, as próprias tendências se reforçam a si mesmas até o ponto de colapso total” (Berardi, 2020, p. 17). Talvez por isso tenha se tornado tão difícil pensar em futuros possíveis que não sejam marcados pela catástrofe.

Mas se as condições de se pensar em algum tipo de futuro já estão sempre em germinação no presente, como sugere Franco Berardi (2019a), na forma de certa intuição dos caminhos prováveis, o tempo atual não parece despertar muita confiança de que algo melhor possa estar despontando no horizonte de possibilidades. O filósofo italiano identifica uma tendência, a que chamou de “*Zeitgeist* depressivo” (Berardi, 2019b), que se apossou do imaginário social entre as últimas décadas do século XX e as primeiras do XXI. Trata-se, segundo ele, de um tipo de inversão do iluminismo e de seus ideais de desenvolvimento ilimitado das capacidades

humanas. Diante disso, o futuro já não é mais visto como sinônimo de esperança ou de possibilidade de emancipação. Um acontecimento cultural que talvez expresse com alguma nitidez esse sintoma social, recorda-nos Berardi, veio ao mudo ocidental no ano de 1977, por meio de acordes ruidosos e na voz de Johnny Rotten da banda Sex Pistols, em versos carregados de um tom provocador: “*No future, no future for you!*” (Berard, 2019b), dizia determinado trecho da música lançada neste ano. Nihilismo provavelmente estimulado pelo (e indício do) desamparo generalizado que reinava numa época em que ascendiam figuras como a primeira britânica Margaret Thatcher e, algum tempo depois nos Estados Unidos, Ronald Reagan. Mark Fisher (2020) dirá que, a partir das ações políticas e ideológicas dessas duas figuras, é provável que tenha se instaurado o ambiente propício a uma espécie de “profecia autorealizável brutal”, materializada num neoliberalismo igualmente brutal. Os dois políticos baseavam suas ações na ideia de que “não há alternativa” (Fisher, 2020) e, com isso, de alguma maneira, moldavam o horizonte de expectativas sociais e individuais.

Porém o refrão que havia soado como provocação, por parte dos Sex Pistols, no século que se encaminhava para sua virada, hoje parece ter se tornado o sentimento comum. Como se tivéssemos assumido definitivamente nosso cansaço e aceitado a derrota. É bem provável que tal concordância com essa inevitabilidade sombria possua relação com nossa incapacidade de fazer frente aos fluxos espaço-temporais ditados pelos dispositivos informacionais que se proliferam, que ameaçam nos soterrar e que são produto e produtores, em grande medida, de um “capitalismo mundial integrado” (Guattari, 1985). Trata-se, hoje, no entanto, de um tipo muito particular de capital, que assumindo a forma financeirizada, converte-se ele também num tipo específico de unidade informacional que, como tal, percorre o globo numa fração de segundos, com desdobramentos em tempo real. Essa dinâmica, em sua velocidade alucinada, “(...) abre caminho para a proliferação desterritorializada e rizomática das relações de poder econômico” (Berardi, 2020, p. 65). Além disso, desterritorializam-se igualmente as relações trabalhistas, os laços entre o trabalho e um espaço circunscrito, como se o trabalhador fosse, a partir de agora, mais do que jamais fora, mesmo ele, um dado a ser quantificado, dinamizado, cuja circulação deve ser otimizada. As relações de trabalho e sociais parecem ter assumido – não de maneira espontânea, uma vez que fazem parte de um complexo mecanismo de produção e multiplicação do capital – contornos informacionais numa realidade que exige uma crescente simplificação e aceleração que contaminam todas as suas dimensões.

Tendência manifestada em determinado trecho de uma carta, destinada ao linguista Thomas Sebeok, no início dos anos noventa, escrita por Bill Gates: “(...) ‘Power is: making things

easy’ (o poder consiste em tornar as coisas fáceis).” (Berardi, 2019b, p. 120). Entramos, há algum tempo, parece-nos, na era do que poderíamos chamar de infoexploração generalizada. Estamos à mercê, arrastados pelos fluxos e imersos em dispositivos cujo funcionamento, em grande medida, desconhecemos. Os paradigmas e o mundo tal como os experienciamos, até aqui, parecem se esfacelar. Ainda assim, a maioria de nós, apesar de já se encontrar imerso, está igualmente sempre um passo atrás, adaptando-se e tendo a compreensão, os comportamentos e os desejos moldados, programados segundo lógicas ocultas (Han, 2018). Nossa tarefa de um pensamento, em especial de um pensamento e uma prática educacionais voltados ao futuro, passa, provavelmente, pela invenção de formas de desvio de tais fluxos informacionais em função de outras velocidades possíveis tendo em vista uma relação singularizada e ao mesmo tempo coletiva com o presente. Principalmente, talvez seja preciso apaziguar a sensação generalizada de que já é tarde demais e de que o futuro será necessariamente caracterizado pela catástrofe. Sobre isso Fisher (2018)² sugere que: “O lento cancelamento do futuro foi acompanhado por uma deflação das expectativas. (...) O sentimento de já ser ‘tarde’, de vivermos após a febre do ouro é tão onipresente quanto negado.” (p. 32-33). Tendo em conta esse *Zeitgeist* depressivo e fatalista, intuímos que deveríamos reposicionar nossas ações, taticamente, como num tipo de guerrilha, principalmente quando pensamos em educação.

A opinião de uma parcela considerável dos que se dedicam ao estudo das condições de existência na contemporaneidade, marcada pela proliferação dos dispositivos informacionais, é a de que nos tornamos gradativamente mais pobres, seja subjetiva ou materialmente. Pois a aceleração, que subjuga as esferas mais insuspeitas da maior parte das existências, implica num empobrecimento de nossa apreensão da realidade (Kehl, 2009). Em um livro em que trata das depressões desencadeadas pelo tempo da pressa contemporânea, Maria Rita Kehl (2009) dirá que a epidemia de depressão que presenciamos é um sintoma, muito mais social do que individual, de uma época em que os ideais que sustentavam as ações, tanto individuais quanto sociais, parecem ruir – uma vez que se mostraram insuficientes, no limite, enganosos. A euforia que deveria animar o consumo, a saúde e o aperfeiçoamento dos corpos, destinados ao exibicionismo generalizado, parece não dar mais conta de suprir as demandas de sentido. Em seu lugar, contrariamente ao esperado, parece ter se instalado uma difusa “dor de viver” (Kehl, 2009). Angústia desencadeada, quiçá, por uma realidade que parece negar os princípios

² Tradução nossa.

sobre os quais está assentada, porquanto impõe limites às aspirações, socialmente difundidas, de ampliação ilimitada. “Mais do que um critério para a avaliação econômica da saúde e do bem-estar sociais, o ‘crescimento’ é um conceito cultural. Ele está ligado à concepção moderna de futuro como expansão infinita.” (Berardi, 2020, p. 66). Hoje temos de lidar, cada vez mais, com certo esgotamento dos recursos, principalmente os naturais. Mesmo o corpo humano, ou principalmente ele, possui limites, limites físicos, “(...) limites de atenção, de energia psíquica, de sensibilidade” (Berardi, 2020, p. 67). Essas restrições – sejam elas de recursos naturais ou materiais, psíquicos ou biológicos ou principalmente as que dizem respeito aos dispositivos informacionais e *Gadgets* (que prometem ampliação, mas simultaneamente nos direcionam e impõe freios) – são também as cercanias dentro das quais construímos nossa subjetividade e o que poderíamos chamar, incongruente, de uma subjetividade coletiva, bem como nossa projeção do futuro.

Mais uma vez acompanhamos as ideias de Berardi (2019a) e, com ele, propomos uma disposição existencial segundo a qual a conjuntura que possibilita futuro é sempre de ordem imanente, ou seja, já está inscrita no estado atual do mundo. Suspeitamos de que talvez caiba aos professores e professoras – interessados no desencadeamento de condições para um futuro diferente do que parece irromper no horizonte –, dentro de suas possibilidades, elaborar maneiras de viabilizar a experiência de um aqui e agora redirecionado/redimensionado. “Extrair e implementar uma das muitas futurabilidades imanentes: tal é a passagem do possível ao real.” (Berardi, 2019a, p. 13).³

As três dimensões de composição da subjetividade

Ao darmos maior ênfase ao aparato tecnológico e informacional a que estamos submetidos, na contemporaneidade – em detrimento de muitos outros dispositivos de poder socialmente difusos – queremos igualmente lançar alguma luz sobre o avanço sub-reptício de sua lógica, que tem em vista a colonização dos ângulos mais improváveis e até mesmo as ações mais banais dos indivíduos. Esse avanço parece nos indicar uma relação bastante estreita entre o problema da percepção de um gradativo cancelamento do futuro (ou de um *Zeitgeist* depressivo) e o da produção da subjetividade sob seu domínio. A esse respeito, Maurizio Lazzarato (2014) dirá que o capitalismo se encarrega de garantir que não nos falem “modelos

³ Tradução nossa.

subjetivos” à disposição no mercado, assim como não deixa que nos faltem mercadorias para o consumo. Ele afirmará ainda a relação de dependência entre os modelos econômicos e os subjetivos: “Para as novas condições social, econômica e política deve emergir uma subjetividade correspondente, capaz de reconhecer e resistir a elas” (Lazzarato, 2014, p. 16). Ou seja, é preciso certa adequação, mesmo que relativa, entre a subjetividade, a economia e seus dispositivos de poder correspondentes. Contemporaneamente, demanda-se que essa subjetividade seja resistente à contínua aceleração da vida.

Em um contexto em que tais subjetividades carregam certa marca capitalística-informacional-integrada, elas não serão engendradas sem estarem submetidas aos dois principais procedimentos que garantem a eficiência desta marcação: trata-se daquilo que “(...) Deleuze e Guattari denominam dispositivos de sujeição social [*assujettissement sociaux*] e servidão maquínica [*asservissements machiniques*]” (Lazzarato, 2014, p. 17) – pontos fundamentais em nossa argumentação. Porém, antes de prosseguirmos, talvez fosse igualmente importante esclarecermos nossa opção pelo termo capitalístico: daremos preferência ao uso do termo, em detrimento de capitalista, principalmente quando estivermos fazendo referência ao tipo de subjetividade engendrada pelo capitalismo. Expressão que adotamos em razão de nossas afinidades com as concepções de Félix Guattari, para quem a subjetividade capitalística é um tipo de experiência de aprisionamento (e conformação do imaginário) nas articulações de uma equivalência generalizada, onde tudo pode ser reduzido (continuamente reterritorializado ou desterritorializado, dependendo do caso) às métricas e aos fundamentos do mercado e do capital (Guattari, 2012).

Desse modo, partindo de uma interessante leitura que Lazzarato (2014) faz de Deleuze e Guattari, poderíamos dizer que, se por um lado, um variado aparato de sujeição social capitalístico nos confere “(...) uma identidade, um sexo, um corpo, uma profissão, uma nacionalidade (...)” (Lazzarato, 2014, p. 17); no outro extremo, acontece um processo à primeira vista incoerente com o primeiro, pois “(...) desmantela o sujeito individuado, sua consciência e suas representações, agindo sobre os níveis pré-individual e supraindividual” (Lazzarato, 2014, p. 17). Lazzarato dirá que as dimensões do sujeito e da subjetivação são amplamente tratadas pela maior parte dos analistas das questões relacionadas às condições de produção da subjetividade contemporânea, porém majoritariamente sob uma ótica da linguagem e suas variantes. O que esses analistas perdem de vista é uma dimensão fundamental que possibilita o funcionamento do que poderíamos chamar de uma máquina

capitalística de subjetivação, porquanto opera igualmente – sem negar as questões linguageiras obviamente – por meio de “servidões maquínicas” (Lazzarato, 2014).

É bem provável que o capitalismo seja apenas mais um tipo de agenciamento produzido pelos humanos, um agenciamento que inflige submissão, é bem verdade, como uma máquina de guerra, do tipo de que falam Deleuze e Guattari (2012), fora de controle, avançando sobre a diversidade de elementos que possibilitam as condições de vida dos humanos. Máquina de guerra que já não possui outro objetivo que não seja a guerra pela guerra e já “(...) não traça mais linha de fuga mutantes, mas uma pura e fria linha de abolição (Deleuze; Guattari, 2012, p. 123). No limite, maquinação que ameaça inviabilizar a própria vida humana no planeta, ou seja, abolir o próprio futuro.

Estamos todos submetidos às servidões maquínicas, sejam elas impostas pelas “máquinas técnicas” ou pelas “máquinas sociais” (Lazzarato, 2014), num agenciamento capitalístico que arrasta junto elementos humanos e não humanos numa imensa e descontrolada máquina capitalística e social. A máquina é, aqui, menos uma imagem, tomada emprestada do funcionamento dos instrumentos técnicos, para ilustrar certo funcionamento da realidade, do que a forma, como Deleuze e Guattari acreditam, que dá vida aos movimentos da realidade humana mesma: “É assim que todos somos ‘*bricoleurs*’ [...] Uma máquina-órgão para uma máquina-energia, sempre fluxos e cortes. [...] Algo se produz: efeitos de máquinas e não metáforas.” (Deleuze y Guattari, 2010, p. 11).

Todavia Lazzarato, pondo em operação principalmente determinada leitura da teoria semiótica guattariana, acrescentará um elemento que conferirá nuances ainda mais sutis a questão da produção das subjetividades capitalísticas. O filósofo dará ênfase ao ponto particularíssimo responsável pela articulação entre as esferas discursivas e as não discursivas em seu engendramento das existências humanas – ponto que Guattari, segundo ele, identificou como “(...) de autoprodução, autoposicionamento e afirmação existencial” (Lazzarato, 2014, p. 20). Apontando igualmente alguns aspectos frágeis e limites de um “novo logocentrismo” em voga. Importa ressaltar que, segundo as concepções de Guattari, as operações que implicam em subjetivação arregimentam sempre operações semióticas múltiplas ou mistas. Pois estão envolvidas, em tais processos, semióticas significantes, semióticas a-significantes e semióticas simbólicas. Importa, aqui, a ideia de que se existe alguma chance de ruptura com as forças que nos subjetivam, ela se encontra num ponto, pouco preciso, para além da linguagem ou da semiótica. Trazendo Foucault também para a

teorização que propõe, Lazzarato dirá que, tanto nele quanto em Guattari a possibilidade de alguma ruptura e conseqüentemente de uma retomada, agora sobre outras bases, encontra-se em procedimentos que levem em consideração a separação entre “linguística pragmática” e “pragmática existencial” e, conseqüentemente, “(...) entre a lógica semiótica que produz sentido e a pragmática que produz existência e ruptura política” (Lazzarato, 2014, p. 20). Por isso talvez seja interessante, para a compreensão de nossa argumentação, que nos detenhamos mais detalhadamente nos mecanismos de sujeição social, de servidão maquínica, nos posicionamentos existências, bem como em suas semiologias, semióticas e seus efeitos.

A sujeição social e a servidão maquínica

Somos colocados, aqui, num tipo de ordenamento social. Uma escala a partir da qual operam principalmente as subjetividades individuais, uma vez que tomamos contato com engrenagens encarregadas de “(...) nos atribuir um sexo, uma profissão, uma nacionalidade (...)” (Lazzarato, 2014, p. 27). A “sujeição social” é responsável por “decalcar”, no sentido dado ao termo por Deleuze e Guattari (2011), e tipificar o espaço social e os indivíduos e os distribuir conforme critérios sobretudo capitalísticos. Lazzarato (2014, p. 27) de maneira muito perspicaz observará que: “A sujeição social produz um ‘sujeito individuado’ cuja forma paradigmática no neoliberalismo tem sido a do ‘capital humano’ e do ‘empresário de si.’” Ou seja, nessa forma de investimento das forças do capital, o objetivo principal é o indivíduo. Mas, principalmente, numa virada inacreditável e altamente sofisticada, essas forças convertem-se num poder e numa vigilância exercidos pelos próprios sujeitos sobre si mesmos. Numa gestão dos indivíduos sob a égide capitalística, é como se o capital se instaurasse no próprio corpo e na alma dos sujeitos. Na sujeição os indivíduos relacionam-se com os objetos técnicos como algo exterior a eles, objetos que servem de intermediários ou, em alguns casos, a que se destinam suas ações. As máquinas servem de meio de comunicação entre os sujeitos individuados. Estamos numa dimensão onde ainda se mantém uma divisão mais ou menos clara entre sujeito e objeto.

Esse é, entretanto, somente um dos investimentos capitalísticos sobre as subjetividades. Operando em conjunto com os mecanismos que descrevemos acima, temos um movimento, em muitos aspectos contrário ao anterior, que Guattari – acionado pela leitura feita por Lazzarato – chamou de “servidão maquínica” (Lazzarato, 2014). Tal aparato, indistinguível daquele de mundialização e integração do capital, direciona suas energias para um tipo de

dessubjetivação dos indivíduos, mobilizando um conjunto de semióticas que se distanciam daquelas destinadas à linguagem e à representação. Seu objetivo, nesta etapa, é pôr em operação semióticas a-significantes, ou seja, que não dizem mais respeito a objetos facilmente representáveis. Saímos dos domínios daquilo que poderíamos denominar como sujeito individuado. Agora, como se fizesse parte diretamente da concatenação que movimenta as inúmeras máquinas sociais e econômicas: “(...) parte componente do agenciamento ‘empresa’, do agenciamento ‘sistema financeiro’, do agenciamento mídia, do agenciamento ‘estado de bem-estar social (...)’” (Lazzarato, 2014, p. 28). A servidão, aqui, é um conceito que Deleuze e Guattari tomaram emprestado da cibernética e da ciência da automação e significa o trabalho de administração ou controle dos componentes de um determinado sistema. Trata-se do governo das forças empregadas por determinado sistema (informacional ou técnico) tendo como objetivo o funcionamento harmônico do todo (Lazzarato, 2014).

Se a sujeição implica num assujeitamento dos indivíduos, a servidão, por sua vez, abordará os mesmos sujeitos como se compusessem exclusivamente uma contabilidade a ser realizada. Ou seja, dados a serem quantificados e geridos, convertendo os indivíduos em divíduos. Como nos mostra Deleuze (2013, p. 226), em seu texto clássico sobre a sociedade de controle, entramos numa era em que “(...) a linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição (...) Os indivíduos tornam-se ‘dividuais’, divisíveis, e as massas tornam-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’”. O fluxo semiótico e o funcionamento dos seres dividuais são então subordinados a um gerenciamento, sejam eles humanos ou inumanos, submetidos à servidão a que nos referimos anteriormente.

Sob o domínio operatório da servidão maquínica, os humanos tornados dividuais já não podem ser facilmente separados das intervenções realizadas em contiguidade com os aparatos técnicos e informacionais – tampouco qualquer tipo de dualismo encontra espaço. Pois o divíduo capitalístico de nenhuma maneira se opõe às máquinas, uma vez que eles funcionam e articulam-se numa espécie de simbiose ou androidização, mesmo que involuntária ou imposta por forças alheias aos humanos que não possuem acesso às esferas de poder ou de gestão. “Não mais agimos ou fazemos uso de algo (...) Em lugar disso, constituímos entradas e saídas, *inputs* ou *outputs*, pontos de conjunção ou disjunção nos processos econômicos, sociais ou comunicacionais geridos e governados pela servidão.” (Lazzarato, 2014, p. 29).

As semiologias significantes e as semióticas a-significantes

Como vimos acima, para que as forças capitalísticas estendam seus tentáculos mundialmente e obtenham êxito em sua integração, é preciso que sua produção atue de maneira igualmente coordenada. Com isso queremos dizer que, para além da simples produção de mercadorias, faz-se necessário o desenvolvimento de determinado tipo de subjetividade, adaptada ao mundo tal como imaginado por seus construtores. Sobre tais subjetividades serão direcionados dois regimes de forças associativas, que exercem dois tipos distintos de poder, denominadas por Guattari, sujeição social e servidão maquínica, como já indicamos. Forças contrárias, porém complementares, a que correspondem dois tipos de mobilização semiótica: à sujeição social caberão as semiologias significantes; à “servidão maquínica”, as “semióticas a-significantes” (Lazzarato, 2014). Passemos então à descrição um pouco mais detalhada dos dois tratamentos dados aos signos-componentes de certa subjetividade capitalística.

Primeiramente é preciso destacar o trabalho de classificação (hierarquização e subordinação), realizado pelo capitalismo, visando à manipulação do universo simbólico sobre o qual investe suas forças de produção dos sujeitos. Operação eminentemente política, pois tem como objetivo o estabelecimento de certas “sintaxes, semânticas e pragmáticas” (Lazzarato, 2014) sociais e conseqüentemente individuais. Como sugere Guattari (2012), a subjetividade capitalística é aquela que funciona dentro de um campo de equivalência generalizada, sendo assim: “Todas as semióticas devem ser compatíveis e devem se adaptar às semióticas do capital, especialmente as que têm a ver com a força de trabalho.” (Lazzarato, 2014, p. 65). Nascer e crescer numa determinada sociedade implica em incorporar e reproduzir o conjunto de signos necessários à exploração e à formação deste espaço. Por isso, possuir o poder (algum poder), principalmente poder capitalístico, é deter também as condições que possibilitam a integração desses códigos, sua indistinção em relação aos códigos de poder, bem como seu direcionamento.

Caberá, por conseguinte, ao que Guattari chamou de semiologias significantes o estabelecimento de um relativo consenso (ou estabilidade) quanto aos parâmetros dentro dos quais a realidade se acomodará. A integração da equivalência generalizada do capital e da subjetividade dele decorrente dependem de um aparato socialmente difundido que garanta as

condições mínimas “(...) de significações invariantes e de relações de equivalência e de traduzibilidade entre as semióticas (...)” (Lazzarato, 2014, p. 66), que as faça trabalhar em conjunto, a despeito de suas incongruências. O relativo encerramento da linguagem sobre si mesma é, acima de tudo, uma intervenção política, uma vez que visa conjurar os perigos das significações demasiado abertas ou maleáveis. Ameaça que parece vir da pluralidade e das possibilidades contidas na enunciação de um si mesmo em liberdade para experimentações, principalmente quando empreendidas coletivamente. Mais interessante aos poderes múltiplos e subjetivantes é um corpo individuado e fechado aos atravessamentos de energias subversivas de qualquer espécie – blindagem contra o corpo social livre. Como nos lembra Lazzarato (2014, p. 71): “O corpo nu, o corpo vergonhoso fechado sobre si, como a língua, autônomo e independente, destacado da multiplicidade de agenciamentos que o constitui, é uma construção de nossas sociedades industrializadas, que o tornam um corpo ‘natural’.” Daí todo o esforço na unificação da linguagem social, inseparável de sua dimensão política.

Em outro eixo – oposto, porém complementar –, temos as semióticas a-significantes, que dizem respeito, sobretudo, a linguagens variadas e altamente especializadas, cujo entendimento escapa a maior parte dos sujeitos. As semióticas a-significantes e seus códigos libertos dos sujeitos individuados estarão ligadas aos algoritmos da internet, às operações realizadas nas bolsas de valores, a algumas linguagens utilizadas pela ciência etc. “Elas deslizam em vez de produzir significações ou representações. Elas envolvem modos de semiotização mais abstratos do que a linguagem.” (Lazzarato, 2014, p. 72).

Indispensável no entendimento de tais semióticas é o conceito de máquina e de maquinismo forjados no encontro das ideias de Deleuze e Guattari. Uma vez que para esses pensadores as máquinas são menos um produto da ação humana do que o modo mesmo como engendramos nosso ser. Ou seja, as máquinas técnicas não são um subproduto da engenhosidade humana, mas sim possibilitadas pelo maquinismo generalizado constituinte da realidade humana. Por isso tal conceito pode ser estendido para todo o conjunto de artefatos com que os humanos interagem, sejam eles tecnológicos, naturais ou mesmo semióticos. Entramos aqui numa esfera afectiva muito mais do que técnica. Pois diz respeito às afecções mútuas entre os elementos não humanos e humanos visando à constituição de um espaço existencial comum. Porém, aqui, o humano já não possui maior prevalência do que os outros elementos. Guattari, chamará tal interação a-significante de “diagramática” (Lazzarato, 2014). Os diagramas, termo que toma emprestado de Pierce, referem-se à tradução, muito mais operacional do que

significante, dos procedimentos que tornam possível o funcionamento de determinado sistema.

As semióticas a-significantes trabalham com elementos em contínua desterritorialização, principalmente aqueles referentes à expressão e ao conteúdo. Sobre estes, tais semióticas poderão controlar a velocidade ou provocar desterritorializações ainda mais contundentes. Especialmente no caso das variadas linguagens envolvidas, a maior parte dos humanos terá imensa dificuldade na compreensão da “discursividade parcial” (Lazzarato, 2014) que possibilita pontos de contato entre os elementos heterogêneos que engendram – e ao mesmo tempo desterritorializam – as realidades. “Em um mundo maquinocêntrico, a ação sobre o real requer artificialidade, uma artificialidade cada vez mais abstrata.” (Lazzarato, 2014, p. 78). Comunicamo-nos com esses diferentes mundos, sempre por meio de uma consciência parcial, por isso igualmente desterritorializada. Adotamos uma unidade-acoplamento humano-máquina para habitar e circular entre os diferentes mundos que permeiam o mundo humano maquinocêntrico. Por esse motivo, parece-nos que uma crítica da subjetividade capitalística é inseparável da apreciação dos incontáveis dispositivos técnicos que povoam cada vez mais nossa realidade compartilhada.

Semiologias, semióticas e autoposicionamentos

A ênfase por nós direcionada sobre a sujeição social e a servidão maquínica e sobre as semiologias significantes e as semióticas a-significantes pode passar a impressão, um tanto equivocada, de um processo de subjetivação em que os humanos encontram-se encurralados por todos os lados, seja pelas forças que os assujeitam ou por aquelas que os desterritorializam. Essa concepção, entretanto, seria inexata do ponto de vista das ideias de Guattari – mediadas pela leitura feita por Lazzarato, é bem verdade – com que estamos tentando erigir nossa argumentação. Porquanto, além das semiologias significantes e das semióticas a-significantes, teríamos um terceiro tipo de força em jogo na produção das subjetividades. Forças afetivas e existenciais, que são requisitadas através de um posicionamento dos sujeitos e que animam algo como uma “(...) subjetividade pré-individual, que está na raiz de todos os modos de subjetivação (...)” (Lazzarato, 2014, p. 90). Na leitura do filósofo italiano, essas energias existenciais e autorreferenciais são elementos fundamentais para Guattari em suas formulações sobre a subjetividade. Por isso o trabalho de promoção de determinados padrões de assujeitamentos capitalísticos não irá nunca fazer uso

de modelos puramente discursivos. Além das semiologias significantes da linguagem subjetivante, das desterritorializações múltiplas das semióticas a-significantes maquínicas, o Eu também se estabelece a partir de uma tomada de posição que é existencial. “É apenas a partir desse núcleo a-significante, inominável e incomunicável que pode haver significação, linguagem e narrativa.” (Lazzarato, 2014, p. 90-91). Tudo se passa numa dimensão de difícil localização, num lugar onde simultaneamente operarão o discursivo, o não discursivo e o existencial e de onde emergem os sujeitos enunciadores e existenciais. Se, por um lado, os indivíduos deverão ser abertos às novidades e desterritorializações mercadológicas e do mundo do trabalho; por outro, deverão ocupar as posições que a eles são indicadas, dependendo de sua classe, etnia ou sexo, dentre outros fatores. E é sobre esse ponto de convergência (e às vezes de divergência) que os poderes capitalísticos apontarão suas ferramentas de produção de sujeitos.

O tempo e educação

Parece-nos que é preciso não perder de vista essa multiplicidade de forças – que atravessam e modulam as subjetividades e que, num contexto de uma equivalência generalizada e generalizante capitalística, tendem a certa homogeneização dos desejos e conseqüentemente do horizonte de expectativas, ainda que produtoras de sofrimentos diversos – quando pensamos as questões relacionadas à educação. Principalmente se levamos em consideração sua posição nesse complexo mecanismo (incontornavelmente político) de formação dos sujeitos. Acreditamos ser fundamental uma tomada de posição, por parte dos educadores, que consiste na escolha por educar para a continuidade da configuração social e do mundo, como ele vem se apresentando, ou por uma tentativa de abertura de caminhos para um pensamento e experimentações visando a um mundo futuro que ainda não existe.

Como já mencionamos, nas páginas iniciais deste texto, Kehl (2009) sugere que a maior parte dos males de nosso tempo, principalmente aqueles a que chamou de “transtornos da esperança”, dizem respeito à experiência acelerada do tempo; ou, melhor dizendo, a uma experiência psicologicamente empobrecedora de um tempo que se esgota num aqui e agora. Essa

experiência empobrecida seria, conforme a psicanalista, uma não experiência, de onde não se poderia retirar quase nada a ser transmitido adiante – experiência e pobreza pensadas em consonância com as concepções de Benjamin (1994). Porquanto a elaboração de experiências passíveis de serem transmitidas, sejam elas individuais ou coletivas, necessita de um tempo diverso do que experienciamos na contemporaneidade: de um “tempo distendido” (Kehl, 2009), oposto, em muitos aspectos, ao tempo da produção e ao da manipulação dos diversos *gadgets* e aplicativos que povoam permanentemente nossa realidade.

Se, por um lado, todo esse aparato tecnológico promete apresentar atalhos para as nossas atividades cotidianas; por outro, essa contração, cada vez mais brutal, do tempo destinado a cada tarefa empobrece o próprio tempo necessário para que algo consiga permanecer. Kehl (2009) dirá que essa temporalidade (posição ou dimensão) que permite que consigamos reter algo, algo experienciável e transmissível, é aquela de que fala Bergson (2009), e que foi por ele chamada de duração. Trata-se de uma temporalidade existencial menos fragmentada. Pois a dimensão temporal que dura, segundo a leitura de Bergson feita pela autora, permite-nos reter sempre algo do passado e transportá-lo ao presente, auxiliando na tomada de decisões. Porém, ao mesmo tempo, pode servir para que nos posicionemos em relação a esferas muito amplas da existência e que se dilatam rumo à expansão do tempo mesmo, ou seja, ao futuro – desde que consigamos, de alguma forma, mesmo que fragilmente, desligarmo-nos das urgências das tarefas mais imediatas e nos colocarmos em certa frequência meditativa, bastante próxima ao devaneio.

Jorge Larrosa, ao empreender uma reflexão a respeito do conceito de experiência, no âmbito da educação, dirá que tentou captá-lo como algo da ordem do fugidio, como algo que ocorre num tipo “(...) de intervalo, como uma espécie de interrupção, ou de quebra, ou de surpresa, como uma espécie de ponto cego” (Larrosa, 2021, p. 12). Ele defende que o uso do conceito de experiência é fundamental para podermos pensar uma educação livre para além da configuração atual do mundo. Pois se trata de uma categoria escorregadia, cuja definição é sempre problemática, e que, justamente por isso, não se deixa capturar com facilidade pelos poderes, discursivos e práticos, que tentam se apropriar da esfera educacional: “(...) uma categoria que tem a ver com o não-saber, com o não-poder (sic) (...)” (Larrosa, 2021, p. 12).

Porém é sempre algo que se passa, num determinado tempo e lugar, e que consegue deixar alguma marca. Nesse sentido, Larrosa (2021, p. 18) parece reforçar nossas suspeitas ao escrever o seguinte: “Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais

rara.”. Temos aqui, mais uma vez, o problema dos excessos contemporâneos: de informação e de aceleração. O principal inimigo da fruição da dimensão temporal como duração é o tempo apressado que nos faz saltar de uma tarefa a outra, seja no mundo, de uma maneira geral, seja na escola e em suas tarefas. Sobre a possibilidade da experiência, Larrosa (2021) dirá que:

A experiência, a possibilidade de que algo aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (p. 18).

Mais do que dar-se esse tempo e esse espaço, de que fala o educador espanhol, talvez seja preciso abrir (inventar), ao custo de muito esforço, trabalho e insistência, tempos e espaços que parecem encontrar cada vez menos lugar no mundo contemporâneo.

Experiência e escola

A escola tem sido alvo de inúmeras críticas ao longo das últimas décadas. Uma das principais talvez seja a acusação de certo anacronismo, de que deveria se adequar ao tempo presente. Acreditamos, contudo, que não estaríamos formando indivíduos para uma existência minimamente feliz ao equiparar o tempo da escola ao tempo vertiginoso do presente. Isto é, de alguma forma, o que Masschelein e Simon (2014) também defendem. Eles partirão do termo grego *skholé*, para afirmarem uma posição de relativa autonomia da escola em relação ao mundo exterior, uma vez que *skholé* quer dizer tempo livre, o tempo livre necessário aos estudos, tempo apartado das obrigações de outra ordem. Por isso dirão que defender a escola é igualmente proteger o tempo livre necessário destinado a reunir os indivíduos, em geral os jovens, em torno de tarefas e objetivos comuns (Masschelein; Simon, 2014).

Para eles, a *skholé* é uma invenção grega eminentemente política; pois, em sua origem, cumpria o papel de redistribuição do direito ao tempo da educação, tradicionalmente uma exclusividade das elites militares e aristocráticas. Um tempo liberto inclusive dos ditames da

produtividade. Defenderemos também, de nossa parte, a *skholé*. Entretanto, muito mais do que um tempo apartado do curso cotidiano do mundo exterior, suspeitamos que provavelmente caiba à escola – que vise à formação de sujeitos um tanto mais felizes e com vistas a uma realidade diversa, uma que ainda não está desenhada no horizonte – proporcionar os meios para a experimentação com tempos múltiplos.

Como já vimos, a subjetividade, principalmente quando moldada pelas forças capitalísticas, envolve todo um trabalho de encadeamento de semiologias significantes, semióticas a-significantes e energias afetivas e existenciais. Acreditamos competir a cada educador ter consciência dos elementos envolvidos (e à sua disposição) numa eventual tentativa de elaborar atividades e exercícios que possibilitem, quem sabe, o contato com outras dimensões componentes da subjetividade e, com isso, a experiência de outro tempo, um tempo que dure, tempo da experiência.

Referimo-nos a exercícios capazes de abrir caminhos para experiências subjetivas diversas e para as temporalidades nelas implicadas; para isso, deverão dar conta dos elementos descritos acima: as semiologias significantes da linguagem, as semióticas a-significantes dos objetos técnicos e seus códigos e a esfera existencial e afetiva, sempre requisitados quando existe uma tomada de posição por parte dos indivíduos. Trata-se de exercícios poéticos (*poiéticos*), mais especificamente, aqui, dizem respeito a um trabalho de *autopoiésis*. Sobre tal autoposicionamento inventivo de si, Guattari (2012, p. 31) dirá que opera de duas maneiras:

1) enquanto ruptura molecular, imperceptível bifurcação, suscetível de desestabilizar a trama das redundâncias dominantes, a organização do “já classificado” ou, se preferirmos, a ordem do clássico; e 2) enquanto seleção de alguns segmentos dessas mesmas cadeias de redundância, para conferir-lhes uma função existencial assignificante (sic) (...) para “ritornelizá-las”, para fazer delas fragmentos virulentos de enunciação parcial trabalhando como *shifter* de subjetivação.

Tal função *autopoiética*, será melhor ativada por meio de atividades inventivas, onde os indivíduos possam experimentar certo fazer artístico que se converta num tipo de arte de si. Pouco importa se se exercitam através da dança, do teatro, da escrita, das artes plásticas, o essencial é a conexão entre o significante, o a-significante e o existencial convocado em cada

exercício. Talvez disso possam surgir subjetividades que escapem ao tempo capitalístico, transformando o espaço da *skholé* num tipo de comunidade onde cada um possa fruir seu próprio tempo, uma comunidade de tempos múltiplos. Comunidade, um pouco ao modo da “comunidade inoperante” de Nancy (2000), onde os sujeitos se reúnam menos por aquilo que possuem em comum, mas muito mais por aquilo que os diferencia: comunidade do incomum. As subjetividades experimentadas nessa *skholé* seriam aquelas que partilham de um tempo inoperado, ou seja, de um tempo múltiplo e de inúmeras durações. Pois se, como sugeriu Franco Berardi, o futuro encontra-se em germinação no presente – contemporaneamente um tempo adoecido pela velocidade única e excessiva –, se quisermos voltar a almejar um porvir que não seja catastrófico, deveríamos inventar velocidades de fruição da vida menos danosas. E a escola talvez possa converter seu suposto anacronismo em subversão.

Referências bibliográficas

- Benjamin, W. (1994). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Berardi, F. (2019b). *Depois do futuro*. São Paulo: Ubu Editora.
- Berardi, F. (2019a). *Futurabilidad: la era de la impotencia y el horizonte de posibilidad*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editora Caja Negra.
- Berardi, F. (2020). *Asfixia: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem*. São Paulo: Ubu Editora.
- Bergson, H. (2009). *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Deleuze, G. (2013). *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (2010). *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (2011). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia vol.1*.

São Paulo: Editora 34.

Deleuze, G.; Guattari, F. (2012). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia vol.3*.

São Paulo: Editora 34.

Fisher, M. (2018). *Los fantasmas de mi vida: escritos sobre depresión, hauntología y futuros perdidos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editora Caja Negra.

Fisher, M. (2020). *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária.

Guattari, F. (1985). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*.

São Paulo: Editora Brasiliense.

Guattari, F. (2012). *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34.

Han, B. (2018). *No exame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Editora Vozes.

Larrosa, J. (2021). *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte:

Editora Autêntica.

Lazzarato, M. (2014). *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: Edições Sesc;

Editora n-1.

Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Editora

Boitempo.

Marazzi, C. (2009). *O lugar das meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Masschelein, J.; SIMONS, M. (2014). *Em defesa da escola: uma questão pública*. Belo

Horizonte: Editora Autêntica.

Nancy, J. L. (2000). *La Comunidad Inoperante*. Santiago de Chile: LOM Ediciones;

Universidad ARCIS.